

A Amazônia como “floresta cultural”: novas dimensões para o planejamento e gestão da paisagem

SESSÃO TEMÁTICA ET2: Dimensão humana do projeto, do planejamento e da
gestão da paisagem

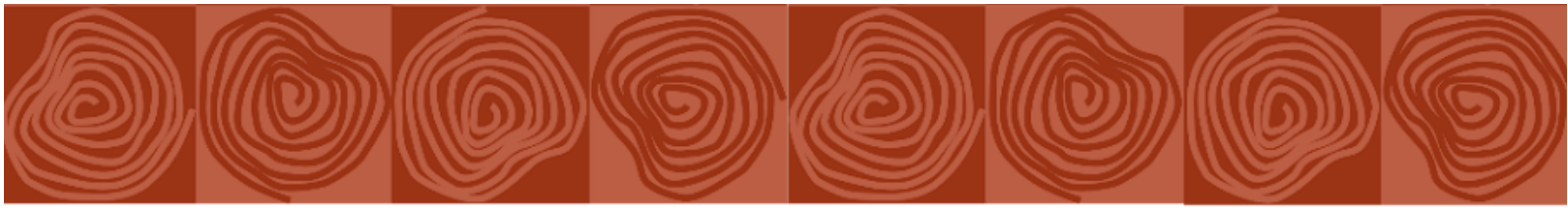
Giovanna Sanini Silva Negrão
Instituto Federal de São Paulo - Câmpus São Paulo
g.sanini@aluno.ifsp.edu.br

Ana Carolina Carmona Ribeiro
Instituto Federal de São Paulo - Câmpus São Paulo
ana.carmona@ifsp.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa a Amazônia como uma paisagem historicamente produzida, a partir dos conceitos de floresta antropogênica e floresta cultural, problematizando a visão da floresta como espaço natural intocado. Inserido em uma pesquisa mais ampla sobre a produção da paisagem amazônica e a contribuição bio-cultural dos povos originários, o trabalho discute como a noção de floresta cultural pode funcionar como fundamento teórico e metodológico para orientar novas práticas de leitura, planejamento e projeto no campo do paisagismo. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica de autores que investigam o manejo da floresta, a formação de solos antrópicos, a domesticação de plantas, os sistemas agroflorestais, o urbanismo indígena e as territorialidades tradicionais. Os resultados indicam que a Amazônia é fruto de uma longa interação entre sociedades humanas e meio ambiente, marcada por práticas sofisticadas de manejo ecológico e organização territorial – rompendo com concepções naturalistas e deterministas da paisagem e permitindo a incorporação de novas dimensões históricas, culturais e multiespécies no campo da Arquitetura da Paisagem. Ao reconhecer esses processos, o artigo propõe que os princípios da floresta cultural constituem diretrizes essenciais para a formulação de metodologias projetuais mais contextualizadas, decoloniais e ecologicamente integradas.

PALAVRAS-CHAVE: Floresta antropogênica; floresta cultural; Amazônia; Povos originários; Arquitetura da Paisagem.



ABSTRACT

This article analyzes the Amazon as a historically produced landscape, based on the concepts of anthropogenic forest and cultural forest, problematizing the view of the forest as an untouched natural space. Inserted within a broader research project on the production of the Amazonian landscape and the bio-cultural contribution of indigenous peoples, the work discusses how the notion of cultural forest can function as a theoretical and methodological foundation to guide new practices of reading, planning, and design in the field of landscape architecture. The methodology adopted consists of a bibliographic review of authors who investigate forest management, the formation of anthropic soils, plant domestication, agroforestry systems, indigenous urbanism, and traditional territorialities. The results indicate that the Amazon is the product of a long interaction between human societies and the environment, marked by sophisticated practices of ecological management and territorial organization – breaking with naturalistic and deterministic conceptions of the landscape and allowing the incorporation of new historical, cultural, and multi-species dimensions in the field of Landscape Architecture. By recognizing these processes, the article proposes that the principles of cultural forestry constitute essential guidelines for the formulation of more contextualized, decolonial, and ecologically integrated design methodologies.

KEYWORDS: Anthropogenic forest; cultural forest; Amazon; Indigenous peoples; Landscape Architecture.

1 O CONCEITO DE *FLORESTA CULTURAL*

O termo *floresta antropogênica*, segundo Magalhães (2016), designa a ideia de que elementos fundamentais da flora amazônica foram, ao longo de milênios, distribuídos, selecionados e manejados por populações humanas pré-coloniais. Dessa maneira, as ações humanas foram decisivas para a ocupação da região e para a constituição de paisagens florestais profundamente transformadas pela ação antrópica, ainda que mantenham aparência de florestas primárias (Shepard Jr., 2016, apud Magalhães, 2016). Essa concepção articula-se ao conceito de *floresta cultural*, entendido por Santos (2025) como um tipo de paisagem cultural construída por povos e comunidades tradicionais, cujos modos de vida estão intrinsecamente vinculados à floresta. Furlan (2006), por sua vez, define tais florestas como *florestas culturais* ou *sociais*, dado que manejadas por populações rurais, especialmente indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e caiçaras.

A partir de dados arqueológicos, pedológicos e botânicos, Magalhães demonstra que a antropização da Amazônia teve início há milênios¹, em contextos nos quais não havia uma economia agrícola intensiva plenamente estabelecida (Magalhães, 2016). Nesse sentido, o autor reconhece que a floresta passou por um processo de antropogênese, no qual muitas das espécies que a conformam atualmente são resultado direto de práticas de seleção cultural (Magalhães, 2016). Para o autor, a existência de uma ação antrópica não implica, necessariamente, em um planejamento consciente em todos os casos: ações intuitivas, instintivas ou inicialmente não sistematizadas podem, ao serem compreendidas e transmitidas culturalmente, transformar-se em práticas antropogênicas conscientes, e em ações que produzem efeitos duradouros sobre a paisagem.

Os estudos do antropólogo norte-americano William Balée (2023) representam uma inflexão nas interpretações sobre as relações entre sociedades humanas e floresta na Amazônia. Ao criticar as “abordagens adaptacionistas clássicas” da ecologia cultural, argumenta que tais teorias tendem a reduzir os povos amazônicos a meros agentes passivos, que apenas “respondem” a limitações impostas pelo ambiente. Em oposição a essa perspectiva, o autor demonstra que as populações indígenas não apenas se adaptaram à floresta, mas a transformaram ativamente ao longo de milênios, por meio de práticas sistemáticas de manejo, domesticação de espécies, modificação de solos e gestão da fauna e da flora. Assim, a *cultura* passa a ser compreendida como variável independente dos recursos disponíveis no meio ambiente para explicar a paisagem amazônica, um ponto de vista segundo o qual “os recursos naturais não são dados *a priori*, ou seja, são modificados pela interferência humana, passada ou presente” (Balée, 2023)².

¹ Acredita-se que o homem tenha chegado às Américas há mais de 20 mil anos através do estreito de Bering, entre a Sibéria (Rússia), na Ásia, e o Alasca (Estados Unidos), na América do Norte, deslocando-se dali até a América do Sul iniciando a ocupação da região amazônica (IMAZON, 2015).

² No centro desse debate, o autor apresenta a chamada “teoria das restrições alimentares”, que reúne diferentes modelos explicativos baseados na ideia de que determinados fatores ambientais limitaram o desenvolvimento das sociedades amazônicas. Essa teoria é dividida em

Exemplos dessa interferência são as técnicas indígenas de manejo da floresta, como a criação do solo – a exemplo da *terra preta indígena*, que resulta do enriquecimento do solo por meio da incorporação de matéria orgânica; as técnicas de aeração e incorporação de nutrientes ao solo por meio do plantio de espécies fixadoras de nitrogênio, como o ingá (*Inga edulis*); a regeneração controlada da vegetação por meio da queima de baixa intensidade, pousio e seleção de espécies úteis à população; a formação de florestas – como as de palmeiras, de bambu e os castanhais; e ainda, contribuições como os complexos sistemas construtivos e de engenharia que reconfiguraram o espaço da floresta, entre eles montículos habitacionais, geoglifos, valas, canais, caminhos e estradas. Tais aspectos que demonstram como a Amazônia é, historicamente, um ambiente profundamente construído pela ação humana, ou seja, uma “floresta antropizada”, cuja composição, distribuição e dinâmica foram moldadas por práticas sistemáticas de manejo indígena (Evans, 2019; Zambudio, 2014).

As múltiplas formações vegetais articulam-se ao conceito de *sistemas agroflorestais* (Furlan, 2006), onde a roça, a floresta, os solos e a caça participam de um mesmo sistema produtivo, regido por uma lógica de longa duração. Nesse sentido, o manejo da caça, a seleção e proteção de plantas estratégicas, a fertilização dos solos e a organização do território revelam uma racionalidade ecológica construída historicamente, que dialoga diretamente com a compreensão de Magalhães (2016) sobre a posição do ser humano nos nichos ecológicos - “papel” de uma espécie em seu ecossistema - como artefatos sociais e a Amazônia como palco e resultado dessas experiências históricas e culturais milenares (Balée, 2023; Santos, 2025; Magalhães, 2016).

2 AS IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE FLORESTA CULTURAL PARA O PAISAGISMO

Os conceitos de “floresta antropogênica” (Balée, 2023) e de “floresta cultural” (Santos, 2025; Furlan, 2006) assumem papel central na revisão contemporânea das interpretações sobre a Amazônia, produzindo questionamentos relevantes não apenas para a arqueologia, a ecologia e a geografia, mas também para o campo da Arquitetura e do Planejamento da Paisagem. A partir das noções de floresta cultural, é possível extrair aspectos centrais para orientar novos debates que questionam visões hegemônicas sobre a floresta e sobre a relação entre sociedade e natureza. Dessa forma, busca-se abrir caminhos para compreender como essas noções podem orientar novas leituras, metodologias e práticas projetuais no campo do planejamento da paisagem. Assim, a compreensão da floresta como resultado de processos históricos de manejo, domesticação, transformação territorial e construção simbólica desloca a visão tradicional da natureza como espaço intocado, e abre caminho para leituras em que cultura, tecnologia e ambiente se articulam de maneira indissociável.

Como apontam autoras e autores como Furlan (2006) e Magalhães (2016), a construção ocidental da floresta como “espaço vazio” e a persistência de uma concepção da paisagem como entidade estritamente física desconsideram as

quatro vertentes: a teoria do fator limitante, a limitação proteica, a limitação do solo e a teoria do forrageio ótimo.

dimensões sociais, históricas e simbólicas que conformam a região. Nesse contexto, a noção de floresta antropizada e cultural também sustenta revisões importantes sobre a forma como os povos tradicionais — em especial os povos indígenas — têm sido interpretados. As críticas de Balée (2023) às teorias adaptacionistas e deterministas evidenciam que representações anteriores frequentemente reduziram esses grupos a agentes passivos, desconsiderando sua atuação na criação de solos férteis, no manejo da biodiversidade e na organização territorial em escala regional.

Essa mudança de perspectiva repercute nas discussões sobre conservação ambiental, uma vez que grande parte das florestas amazônicas resulta de sistemas agroflorestais milenares, práticas extrativistas, manejo da fauna, roçados e capoeiras. Apesar disso, como observa Furlan (2006), a concepção conservacionista dominante ainda tende a associar grandes mosaicos florestais à ideia de ambientes intocados, apagando a presença histórica das populações que os produziram. A ausência de cartografias sistemáticas das florestas culturais contribui para esse apagamento, dificultando o reconhecimento da extensão, da diversidade de técnicas envolvidas e da relevância desses sistemas para a manutenção da biodiversidade. Tal invisibilidade, por sua vez, favorece políticas ambientais que muitas vezes entram em conflito com os modos de vida tradicionais, embora esses modos sejam fundamentais para práticas sustentáveis, regenerativas e comunitárias.

Nesse sentido, compreender a Amazônia como paisagem histórica, marcada pelos saberes e cosmologias dos povos originários, possibilita romper com leituras naturalistas e eurocêntricas da floresta, orientando novas interpretações sobre os processos sociais, técnicos e simbólicos que moldam o território. Para o paisagismo, tais reflexões sugerem a necessidade de revisão crítica de seus fundamentos, incorporando conhecimentos tradicionais, territorialidades indígenas e relações multiespécies na leitura e no planejamento da paisagem. Essa abordagem converge com os princípios da Carta da Paisagem das Américas (IFLA, 2018), ao reconhecer a paisagem como um todo vivo, constituído pela sobreposição histórica entre natureza, cosmovisão, cultura e identidade, e propõe repensar o paisagismo para além de práticas formalistas, aproximando-o das dinâmicas socioculturais e ecológicas dos territórios.

3 A FLORESTA CULTURAL COMO FUNDAMENTO

A noção de floresta cultural evidencia que compreender a Amazônia como uma paisagem histórica, construída pela ação milenar de povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, exige uma reorientação profunda no modo como o paisagismo concebe, interpreta e projeta os territórios. Em contraste com visões naturalistas e eurocêntricas que entendem a floresta como ambiente primário, intocado ou meramente biológico, os conceitos de floresta antropogênica, floresta antropizada e floresta cultural revelam que a paisagem amazônica é resultado de complexas interações ecológicas, sociais e cosmológicas. Assim, é possível aprofundar três aspectos essenciais que permitem compreender a floresta como expressão de processos culturais de longa duração e, simultaneamente, como base teórica e metodológica para novas práticas projetuais. Esses aspectos incluem: o reconhecimento da floresta como artefato cultural, o manejo tradicional e os sistemas agroflorestais e a incorporação dos saberes tradicionais como infraestrutura para a sustentabilidade. Cada um deles é ilustrado por estudos de caso e referências

consolidadas que demonstram a relevância desses conhecimentos para o planejamento e o desenho da paisagem contemporânea, como a discussão sobre a terra preta indígena (Neves, 2022), a tipologia das florestas manejadas descrita por Balée (2023), os estudos de Rostain (2024) e Santos (2025) sobre o urbanismo de jardim amazônico e, ainda, experiências atuais de manejo regenerativo e produção comunitária em ambientes urbanos inspiradas em princípios tradicionais, como práticas de permacultura e florestas de bolso.

A necessidade de incorporar esses conhecimentos ao campo do paisagismo não é apenas epistemológica, mas política. Como afirma o ativista indígena Ailton Krenak (2022), ao contrapor os repertórios hegemônicos de cidadania ao conceito de florestania — formulado no contexto de luta dos povos da floresta, articulado historicamente por lideranças como Chico Mendes — evidencia-se que o direito à floresta permanece negado ou invisibilizado, apesar de constituir a base material e simbólica da vida de inúmeras comunidades. Reconhecer a florestania implica, portanto, compreender a floresta não como recurso, mas como território de existência, memória e futuro. Incorporar essa perspectiva ao projeto da paisagem significa deslocar paradigmas, valorizar saberes tradicionais e construir metodologias que reconheçam esses povos como agentes históricos da produção da paisagem. Diante disso, os eixos discutidos a seguir são apresentados como fundamentos para repensar o paisagismo a partir das cosmologias, técnicas e práticas tradicionais que moldaram a Amazônia. Ao trazer esses exemplos, busca-se demonstrar como a leitura da floresta cultural não apenas esclarece sua formação histórica, mas também oferece ferramentas críticas e operacionais para a construção de paisagens contemporâneas mais justas, sustentáveis e enraizadas nas territorialidades locais.

3.1 Manejo tradicional e sistemas agroflorestais

O reconhecimento dos sistemas agroflorestais como tecnologias de manejo de longa duração constitui um dos pilares para compreender a floresta cultural como resultado de práticas intencionais e historicamente acumuladas. Longe de serem formações espontâneas, muitas florestas amazônicas são produtos diretos da interação contínua entre grupos humanos e o ambiente, revelando formas complexas de cultivo, proteção, dispersão de espécies e organização territorial. Nesse contexto, os estudos de Balée (2023) sobre os diferentes “tipos de floresta” sintetizam de maneira exemplar como populações indígenas moldaram a composição e a distribuição da vegetação ao longo de milênios, produzindo mosaicos ecológicos que articulam biodiversidade, uso produtivo e princípios cosmológicos. Tais formações, frequentemente compreendidas como “naturais”, evidenciam, ao contrário, uma racionalidade agroflorestal que integra caça, cultivo, regeneração, fertilização do solo e manejo do fogo, configurando sistemas sofisticados de produção e conservação da paisagem. É a partir desse enquadramento que se apresentam, a seguir, alguns dos principais exemplos descritos por Balée, que ilustram o manejo tradicional como fundamento ecológico e cultural da floresta amazônica. Entre os principais “tipos de floresta” descritos por Balée (2023) destacam-se as florestas de palmeiras (*Arecaceae*), de bambu (*Guadua glomerata*), de castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), além de outras florestas como as de cipós, as ilhas de florestas no Escudo Central Brasileiro, a chamada Baixa Caatinga, e formações menores, como florestas de bacuri (*Platonia insignis*), cacau (*Theobroma cacao*) e pequi (*Caryocar brasiliense*).

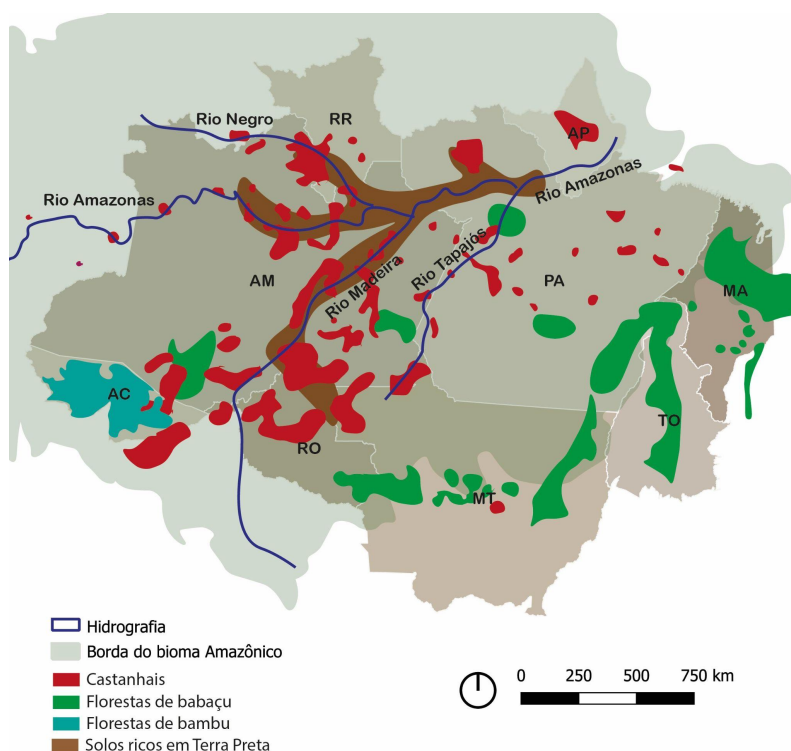
As florestas de palmeiras configuram um dos indicadores mais evidentes de perturbação antrópica antiga, uma vez que espécies como a castanheira, apresentam distribuição fortemente associada a antigos sítios de ocupação humana e áreas de terra preta (Figura 2). Essas espécies são favorecidas pelo fogo, porque muitas palmeiras apresentam estruturas subterrâneas resistentes, com sementes que ficam protegidas no subsolo até surgirem condições favoráveis para seu desenvolvimento, permitindo que indivíduos jovens sobrevivam às queimadas e posteriormente dominem as clareiras – que possuem maior incidência de luz e um ambiente com menos competição arbórea, criando condições ideais para o seu estabelecimento. Além disso, há dispersão de sementes promovida por humanos e animais, evidenciando processos de seleção, proteção e propagação cultural de plantas úteis às populações indígenas e ribeirinhas, que historicamente manejam essas espécies para alimentação, extração de óleo, fibras, madeira e usos rituais (Balée, 2023).

As florestas de bambu também constituem formações antropogênicas associadas a antigos assentamentos e práticas agrícolas. Na região dos rios Pindaré e Igarapé Jararaca, no Maranhão, por exemplo, concentrações extensas de bambu estão vinculadas a antigos territórios ocupados por povos Ka'apor, Guajajara e, posteriormente, por povos hoje desaparecidos, como os Tarumã. Após o abandono dessas áreas, o bambu – espécie que atua como uma planta pioneira por combinar crescimento acelerado, baixa exigência ecológica, forte capacidade de regeneração e estabilização de solos, alta eficiência de sequestro de carbono e criação de condições favoráveis para o estabelecimento de outras espécies (Costa, Morato e Salimon, 2012) – expandiu-se sobre antigas roças e clareiras, aproveitando os solos alterados e as sucessivas queimadas, o que reforça a origem cultural dessas formações (Balée, 2023).

Já os castanhais, dominados por estas enormes árvores de tronco cilíndrico – que podem atingir 50 m de altura em floresta primária, e cujo fruto é uma cápsula globosa, quase esférica (Souza e Wadt, 2021) –, constituem outro exemplo expressivo de floresta antropizada. Sua ocorrência está frequentemente associada a sítios arqueológicos e a terras pretas, especialmente nas margens de grandes rios como o Tocantins (que nasce em Goiás e atravessa os estados de Tocantins, Maranhão e Pará), Itacaiúnas (no Pará) e Jari (entre os estados do Amapá e Pará). A castanheira e sua associação a ambientes de clareira e com o manejo intencional realizado por povos como os Kayapó de Gorotire indicam que essas formações resultam de processos de cultivo, proteção e dispersão sistemática ao longo de longos períodos históricos (Balée, 2023).

Os exemplos apresentados mostram que os sistemas agroflorestais amazônicos não se limitam a práticas de cultivo, mas estruturam verdadeiras arquiteturas territoriais, capazes de produzir solos, reorganizar comunidades vegetais e estabelecer padrões de ocupação que se perpetuam por séculos. As florestas manejadas descritas por Balée revelam uma dimensão material e simbólica do manejo que ultrapassa a escala agrícola, configurando sistemas integrados de produção, regeneração e conservação. Essas formações evidenciam que a paisagem amazônica é, em grande medida, resultado de decisões coletivas, experimentações técnicas e cosmologias que orientam práticas territoriais sofisticadas. Essa leitura permite avançar para um segundo aspecto fundamental: compreender a floresta não apenas como espaço manejado, mas como *artefato cultural*, produzido por processos históricos de sedimentação, transformação e significado — como demonstram, de forma contundente, os estudos sobre a formação das terras pretas de índio.

Figura 2: Ocorrência de florestas de castanha, bambu e babaçu na Amazônia Legal



Fonte: Autora, a partir de Pivetta, 2021; Albiero, Maciel, Gamero, 2011; Drumond, Wiedman, 2017.

3.2 A floresta como artefato cultural

A arqueologia assume papel central na consolidação dessa leitura sobre a Amazônia Antiga: estudos recentes reforçam de maneira decisiva a compreensão da floresta como produto de uma longa interação entre sociedades humanas e o ambiente. Tais compreensões podem ser reafirmadas à luz do processo de formação das terras pretas de índio, um dos mais importantes marcadores arqueológicos da Amazônia antrópica. Segundo Neves (2022), tais terras são solos muito escuros, ricos em carbono, fósforo, cálcio e matéria orgânica, encontrados em diferentes contextos geomorfológicos e quase sempre associados a fragmentos cerâmicos, restos de fauna e flora, materiais líticos e estruturas de habitação (Figura 1). Sua extensão territorial varia de pequenos sítios a extensas áreas com dezenas de hectares, como no sítio Açutuba, na Amazônia Central.

No caso das terras pretas, ao contrário das interpretações deterministas que atribuíam essas formações a um esforço deliberado para “corrigir” a pobreza natural dos solos amazônicos, Neves (2022) demonstra que a maioria desses solos se formou em contextos de habitação, e não exclusivamente em áreas de cultivo, ou seja, de maneira não intencional. Ademais, em muitos casos, a terra preta foi utilizada na construção de montículos artificiais, mesmo em regiões de solos naturalmente férteis, como as várzeas do Solimões. Isso indica que as terras pretas não foram soluções

técnicas para a agricultura, mas resultado direto da vida sedentária, da acumulação de resíduos orgânicos, das práticas domésticas, rituais e construtivas ao longo de séculos (Neves, 2022).

Figura 1: Terra Preta no sítio arqueológico de Hatahara (AM), em comparação ao solo natural.



Fonte: Manuel Arroyo-Kalin, 2023.

Pesquisas como as realizadas por Neves na região da Amazônia central demonstram a coexistência milenar de áreas agrícolas, florestas manejadas e espaços habitacionais, formando um mosaico ecológico altamente produtivo, no qual se observava o uso sistemático de solos antrópicos. Esse modelo, definido por Rostain (2024) como “urbanismo de jardim”, revela uma forma de organização territorial na qual a floresta não é suprimida, mas integrada às dinâmicas de habitação, produção e circulação. Tais evidências reforçam empiricamente a noção de floresta antropogênica ao demonstrar que amplas áreas da Amazônia foram moldadas por práticas culturais sofisticadas, sustentadas por conhecimento ecológico acumulado ao longo de gerações.

A formação das terras pretas também provocou mudanças ecológicas locais permanentes, atraindo espécies vegetais típicas de áreas antropizadas, como palmeiras e plantas de capoeira, que passaram a estruturar novas comunidades florísticas (Neves, 2022). Esses locais tornaram-se “lugares persistentes”, isto é, pontos da paisagem continuamente ocupados ao longo do tempo, estruturando redes de assentamento e referências territoriais regionais. A ocupação cíclica desses sítios produziu uma paisagem composta por ilhas antropizadas cercadas por extensas áreas de florestas em diferentes estágios de manejo. Tal ocorrência pode ser explicada a partir dos estudos de Balée (2023) sobre os tipos de floresta e vegetação na Amazônia contemporânea.

Compreender a floresta como artefato cultural permite, portanto, redefinir profundamente as práticas de preservação e planejamento da paisagem, ao deslocar o foco da conservação de uma “natureza intocada” para a valorização de sistemas territoriais construídos por saberes e técnicas de longa duração. Ao reconhecer que formações vegetais, solos antrópicos, padrões de ocupação e mosaicos ecológicos são produtos de processos históricos e não apenas fenômenos naturais, torna-se

possível elaborar estratégias de preservação que considerem a continuidade das práticas tradicionais que originaram esses ambientes. Essa perspectiva implica integrar ao planejamento territorial métodos mais sensíveis às dinâmicas socioculturais, como o reconhecimento de lugares persistentes, a proteção de áreas de valor arqueológico-ecológico e a incorporação de conhecimentos indígenas na definição de diretrizes de manejo. Assim, a floresta como artefato cultural deixa de ser apenas um objeto de estudo e torna-se referência metodológica, orientando projetos de paisagem que buscam conservar não apenas a biodiversidade, mas também os modos de vida, cosmologias e tecnologias que historicamente constituíram a Amazônia.

3.3 Saberes tradicionais como infraestrutura para sustentabilidade

Para além do manejo da vegetação, outros elementos de natureza territorial reforçam a compreensão da Amazônia como uma “floresta cultural”, isto é, como paisagem profundamente moldada por práticas sociais, técnicas e simbólicas de longa duração (Santos, 2025). Entre essas evidências, destaca-se o modelo de “urbanismo de jardim” das sociedades amazônicas pré-colombianas, que o arqueólogo francês Stéphen Rostain (2024) descreve como uma organização espacial na qual áreas habitadas, espaços agrícolas, florestas manejadas e sistemas hidráulicos estão integrados. Pesquisas no vale do rio Upano, na encosta oriental dos Andes equatorianos, revelam a existência de uma extensa rede de aldeias interligadas por estradas retilíneas, associadas a plataformas artificiais retangulares, praças centrais, campos agrícolas elevados e sistemas de drenagem planejados (Rostain, 2024). Levantamentos com LiDAR – tecnologia de sensoriamento remoto que usa feixes de laser para medir distâncias e movimentos com precisão – permitiram identificar centenas dessas estruturas distribuídas de forma regular na paisagem, algumas conectadas por vias com mais de 10 km de extensão, o que evidencia um planejamento em escala regional (Figuras 3 e 4). As análises de solo, fitólitos³ e outros vestígios arqueológicos indicam, nessas áreas, o cultivo sistemático de milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*) e batata-doce (*Ipomoea batatas*), além de frutíferas e palmeiras domesticadas, associadas ao uso de solos antrópicos semelhantes à terra preta. Nesse modelo, o crescimento das aldeias não implica a supressão da floresta, mas sua incorporação funcional ao sistema produtivo, simbólico e habitacional. Trata-se de uma expressão espacial de uma cosmovisão integrada, na qual o espaço natural e o espaço construído são interdependentes, produzindo uma paisagem em mosaico composta por áreas agrícolas, florestas manejadas, zonas de circulação e centros cerimoniais. Diferentemente do urbanismo monumental andino, o urbanismo amazônico foi feito de terra, madeira, plantas e água, expressando outra forma de complexidade social e ecológica (Rostain, 2024).

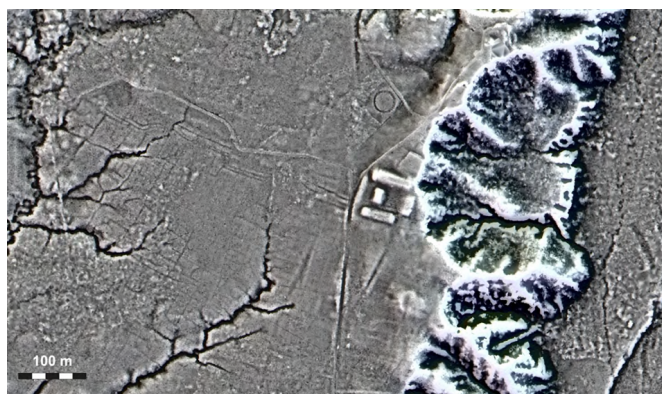
³ Fitólitos são corpos minúsculos de opala silicosa que se formam nos tecidos de algumas plantas, com funções de sustentação e defesa. Após a morte dos vegetais, são incorporados ao solo. Devido à sua grande resistência, estes registros fósseis são uma importante ferramenta de interpretação em estudos que reconstroem as trajetórias históricas e possibilitam a compreensão da natureza e extensão do impacto da ação humana sobre os ecossistemas (Rosa, 2014).

Figura 3: Complexo de plataformas de terra de Nijiamanch (sítio arqueológico localizado no Vale do Upano) na margem direita do rio Upano Médio.



Fonte: Rostain, 2024.

Figura 4: Campos drenados ao redor dos montes artificiais no Vale do Upano (imagem de LiDAR)



Fonte: Rostain, 2024.

Este urbanismo das sociedades amazônicas também se expressa no desenvolvimento de complexos sistemas construtivos e de engenharia, que evidenciam elevado domínio técnico e organização social. Neves (2022) demonstra que, ao longo do primeiro milênio da era cristã, a Amazônia Central apresentava aldeias com padrões regulares de habitação, frequentemente circulares ou semicirculares, associadas a montículos artificiais, cemitérios e redes de troca intercomunitárias. Esse conjunto de estruturas revela uma verdadeira “gramática do espaço”, carregada de significados simbólicos e políticos. As estradas e valas identificadas tanto na Amazônia Central quanto no vale do Upano indicam o controle da drenagem, da circulação e da integração entre áreas produtivas e centros habitacionais (Rostain, 2024; Neves, 2022). Tais infraestruturas confirmam que a ocupação amazônica não era dispersa, fortuita ou precária, mas articulada por redes regionais densas, multiétnicas e interconectadas, capazes de sustentar grandes populações por longos períodos.

A compreensão dessas infraestruturas históricas revela não apenas a complexidade técnica das sociedades amazônicas, mas também uma racionalidade territorial capaz

de oferecer referências concretas para repensar a sustentabilidade urbana contemporânea. Ao contrário dos modelos urbanos que se impõem pela supressão da paisagem e pela fragmentação ecológica, o urbanismo de jardim amazônico demonstra que é possível articular habitação, produção de alimentos, manejo hídrico e conservação ambiental em uma mesma lógica espacial, orientada pela complementaridade entre natureza e espaço construído. Essas formas de organização territorial, baseadas na diversificação produtiva, na adaptabilidade ecológica e no uso eficiente dos recursos locais, apontam caminhos para práticas atuais de planejamento que integrem agroflorestas urbanas, corredores ecológicos, drenagem sustentável, sistemas construtivos de baixo impacto e a valorização das dinâmicas comunitárias. Assim, reconhecer o urbanismo amazônico como uma infraestrutura ancestral de conhecimento e projeto permite deslocar o imaginário urbano para modelos verdadeiramente enraizados na ecologia, na coletividade e na continuidade territorial, oferecendo bases para arquiteturas e cidades que não apenas coexistem com seus ambientes, mas que se constroem em diálogo com eles, como historicamente fizeram os povos da floresta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIRETRIZES PARA NOVAS LEITURAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho demonstram que compreender a Amazônia como floresta cultural exige uma revisão profunda dos paradigmas que orientam o planejamento e o projeto da paisagem. A incorporação dos conceitos de *floresta antropogênica*, *floresta antropizada* e *floresta cultural* revela que a paisagem amazônica é produto de processos socioculturais de longa duração, nos quais manejo, domesticação, técnica, cosmologias e produção de conhecimento estiveram historicamente articulados. Os exemplos discutidos — como as tipologias de florestas manejadas descritas por Balée (2023), a formação das terras pretas indígenas analisada por Neves (2022) e os modelos de urbanismo de jardim identificados por Rostain (2024) e Santos (2025) — evidenciam que os povos indígenas e demais populações tradicionais são agentes históricos da produção da paisagem. Seus modos de manejo não são apenas práticas locais, mas tecnologias territoriais sofisticadas, capazes de produzir solos, reorganizar hidrologias, estruturar mosaicos florestais e sustentar ecologias diversas. Esses conhecimentos, quando entendidos como infraestrutura socioecológica, apontam alternativas concretas para pensar práticas de restauração, adaptação climática, conservação e desenho urbano contemporâneo, tanto na Amazônia quanto em outros contextos.

A partir dessas evidências, é possível traçar novas diretrizes para o planejamento e gestão da paisagem. A primeira delas consiste na necessidade de incorporar práticas de manejo tradicional e sistemas agroflorestais como tecnologias de paisagem, reconhecendo que agricultura, ecologia e cultura não são esferas separadas, mas dimensões integradas na produção dos territórios. A segunda refere-se à importância de interpretar a floresta como artefato cultural, valorizando contribuições da arqueologia, da etnografia e da ecologia histórica para construir metodologias de leitura territorial que reconheçam a agência humana na conformação da paisagem. Por fim, a terceira diretriz envolve o reconhecimento dos saberes tradicionais como infraestrutura para projetos sustentáveis, incorporando práticas comunitárias, redes de

sociobiodiversidade e iniciativas de produção regenerativa como parte legítima dos processos de concepção e gestão da paisagem.

Essas diretrizes se alinham diretamente aos princípios da Carta da Paisagem das Américas (IFLA, 2018), que afirma a paisagem como “um sistema vivo, dinâmico e relacional”, resultado da sobreposição histórica entre natureza, cultura, ética, identidade e modos de vida. A Carta também estabelece que a preservação das paisagens culturais requer o reconhecimento dos grupos que as constituem, bem como a valorização de seus conhecimentos e práticas. Portanto, integrar os fundamentos da floresta cultural ao projeto da paisagem significa atender aos princípios éticos, sociais e ambientais, ampliando o papel do paisagismo no cuidado e na proteção de territórios que são, simultaneamente, ambientais e culturais.

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas reafirmam que a defesa da floresta cultural, bem como de seus agentes históricos, é também uma defesa de direitos territoriais, epistemológicos e políticos. Como argumenta Krenak (2022) ao contrapor os repertórios hegemônicos de cidadania ao conceito de florestania, o direito à floresta, central para as populações que a produzem. Incorporar essa perspectiva ao paisagismo significa reconhecer que projetar a paisagem não é apenas intervir no espaço físico, mas dialogar com cosmologias, práticas comunitárias e formas diversas de habitar o mundo.

Assim, as diretrizes apresentadas não constituem um conjunto fechado de métodos, mas um convite a reposicionar o campo do paisagismo diante da complexidade das paisagens amazônicas e latino-americanas. Ao integrar saberes tradicionais, ecologias históricas e tecnologias culturais, o paisagismo pode contribuir para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e coerentes com a diversidade sociocultural que marca a história das Américas. Trata-se, portanto, de reconhecer que o futuro da floresta e de suas paisagens depende diretamente da valorização dos povos que historicamente a construíram e que hoje continuam sendo seus principais guardiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO-KALIN, Manuel. Antigos humanos na Amazônia intencionalmente criaram a terra preta, concluiu estudo. **Saber Atualizado News**, [s.l.] 2023. Disponível em: <https://www.saberatualizadonews.com/2023/10/antigos-humanos-na-amazonia.html>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ALBIERO, Daniel; MACIEL, Antonio; GAMERO, Carlos. Desenvolvimento e projeto de colhedora de babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) para agricultura familiar nas regiões de matas de transição da Amazônia. **Acta Amazonica**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, v. 41, n. 1, p. 57-68, 2011.

BALÉE, William. A cultura das florestas amazônicas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 15, p. 363-404, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380920029_A_cultura_das_florestas_amazonicas. Acesso em: 10 dez. 2023.

COSTA, Solaine; MORATO, Elder; SALIMON, Cleber. Densidade de bambu e estrutura populacional de duas espécies arbóreas pioneiras em florestas secundárias de diferentes idades em um remanescente florestal, Acre. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, v. 40, n. 95, p. 363-374, set. 2012.

DRUMOND, Patrícia; WIEDMAN, Guilherme (org.). **Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia**. Rio de Janeiro: ICH, 2017.

EVANS, Kate. **As sociedades amazônicas antigas gerenciavam a floresta de forma intensiva, porém sustentável** — eis o que podemos aprender com elas. Ensia, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://ensia.com/features/ancient-amazonian-societies-managed-the-forest-intensively-but-sustainably-heres-what-we-can-learn-from-them/#:~:text=In%20addition%2C%20while%20the%20monoculture,communities%20resilient%20enough%20to%20cope>. Acesso em: 10 dez. 2025.

FURLAN, Sueli. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, N°3, p. 3-15, 2006.

IFLA Américas. **Carta da Paisagem das Américas**. [S.l.: s.n.]: 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39726/0/08.Carta+de+las+Americas_final_12.pdf/1c7926b7-4667-4bee-ae7b-fce008af9f9b>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IMAZON. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MAGALHÃES, Marcos (org.). **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

NEVES, Eduardo. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu / Edusp, 2022.

PIVETTA, Marcos. **Mais gente na floresta: Novos sítios arqueológicos e evidências de domesticação de plantas sustentam a ideia de que a Amazônia pré-colombiana era densamente povoada**. **Revista FAPESP**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-gente-na-floresta/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ROSA, Felipe. **Fitólitos podem ajudar a entender formação e evolução da Terra Preta de Índio**. Embrapa, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1646785/fitolitos-podem-ajudar-a-entender-formacao-e-evolucao-da-terra-preta-de-indio>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ROSTAIN, Stéphen et al. Two thousand years of garden urbanism in the Upper Amazon. **Science**, v. 383, n. 6679, p. 183-189, 12 jan. 2024.

SANTOS, Rodrigo. Florestas culturais em áreas protegidas: caso do povo guarani versus parques estaduais Serra do Mar e Jaraguá. **XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**: Macapá, 2025.

SOUZA, Joana; WADT, Lúcia. **Castanha-do-brasil: características da planta**. Embrapa, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/castanha-do-brasil/pre-producao/caracteristicas-da-especie-e-relacoes-com-o-ambiente/caracteristicas-da-planta>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ZAMBUDIO, Sandra. **Pesquisadores identificam sete novas espécies de “bactérias do bem”**. Embrapa, Brasília/DF, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2038239/pesquisadores-identificam-sete-novas-especies-de-bacterias-do-bem>. Acesso em: 10 dez. 2025.